



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 29 de junho de 2020.

Edição n. 2871

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Boletins.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de Contratos.....	3
Avisos de Licitações.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 47/2020 - PGJ

Dispõe sobre os recursos tecnológicos para comunicação interna e realização de videoconferências durante o período de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, e

CONSIDERANDO o caráter ininterrupto das atividades do Ministério Público e essencialidade de seus serviços;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir tramitação ágil na resolução das demandas;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da celeridade processual;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais reitores da administração pública, em especial o princípio da eficiência;

CONSIDERANDO a busca permanente pela racionalização dos recursos orçamentários;

CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais n. 55.115, de 12 de março de 2020, n. 55.128, de 19 de março de 2020, n. 55.154, de 1.º de abril de 2020, n. 55.184, de 15 de abril de 2020, n. 55.185, de 16 de abril de 2020, n. 55.240, de 10 de maio de 2020, os quais estabelecem medidas temporárias de prevenção e de enfrentamento ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado e declaram e reiteram estado de calamidade pública em todo o território do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul recomendou, conforme Ofício-Circular n. 45/2020-CGJ, da Corregedoria-Geral de Justiça, o uso do software CISCO/WEBEX, utilização regulamentada naquele Órgão de acordo com o Ato n. 03/2020 – 1ª VP;

CONSIDERANDO que a realização de reuniões, audiências e demais atos institucionais por videoconferência prestigia os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da segurança jurídica e da economicidade,

RESOLVE, nos termos do PR.00033.00147/2020-6, editar o

seguinte PROVIMENTO:

Art. 1.º As videoconferências, reuniões, audiências e demais atos institucionais virtuais organizados por membro ou servidor do Ministério Público que envolvam assuntos sigilosos e/ou que necessitem ser gravadas, por questões de segurança, serão necessariamente realizadas por meio da plataforma MPCON.

§ 1.º O acesso à plataforma a que se refere o *caput* se dará por meio do *login* e senha utilizados nos sistemas corporativos.

§ 2.º As gravações resultantes das videoconferências realizadas pela plataforma MPCON ficarão armazenadas temporariamente no *data center* do Ministério Público, sendo responsabilidade do organizador do evento realizar o *download* do arquivo de vídeo, no prazo de 15 dias após a realização deste, devendo salvar a mídia em seu computador local ou em outro dispositivo de armazenamento.

§ 3.º Nas hipóteses em que não haja sigilo e/ou necessidade de gravação, o organizador do evento poderá utilizar os *softwares Cisco Webex, Zoom e Google Hangouts/Meets*.

§ 4.º Caso o organizador do evento opte pela utilização de algum dos softwares mencionados no parágrafo anterior, deverá observar a limitação de tempo das reuniões imposta por cada um deles.

§ 5.º A utilização das demais ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado, nos equipamentos do Ministério Público, dependerá de prévia autorização concedida pela Unidade de Apoio ao Usuário.

Art. 2.º As videoconferências, reuniões, audiências e demais atos institucionais virtuais de que membro ou servidor do Ministério Público participe como convidado serão realizadas de acordo com a plataforma tecnológica utilizada pelo organizador do evento.

Art. 3.º A plataforma RAINBOW MPRS é ferramenta de comunicação interna unificada por meio da qual podem ser realizadas as seguintes atividades:

I - troca de mensagens instantâneas;

II - ligações de áudio e vídeo;

III - videoconferências ou reuniões virtuais internas, com até 30 participantes, que não necessitem de sigilo ou gravação.

Parágrafo único. O acesso à plataforma a que se refere o *caput* se dará por meio do *login* e senha utilizados nos sistemas corporativos da casa.

Art. 4.º É vedada a utilização das plataformas tecnológicas mencionadas neste Provimento para envio de áudios, vídeos, apresentações ou outros materiais que não contenham assuntos de interesse institucional.

Parágrafo único. A utilização das ferramentas em desacordo com o previsto no presente Provimento implica falta funcional.

Art. 5.º Caberá ao Núcleo de Audiovisual o suporte técnico e treinamento para utilização da plataforma MPCON e à Unidade de Apoio ao Usuário o suporte técnico às demais plataformas.

Art. 6.º Este Provimento entra em vigor na data de sua



publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de junho de 2020.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Secretário-Geral do MP.

BOLETIM N. 176/2020

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- em cumprimento ao que determina o artigo 25, inciso X, letra "a", da Lei n. 7.669, de 17.06.1982, com a redação dada pela Lei n. 11.350/99, os Procuradores de Justiça abaixo relacionados para integrarem, como membros titulares e suplentes, juntamente com os doze Procuradores de Justiça mais antigos no cargo, o **ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, para o **biênio 2020/2022**:

I – TITULARES

- 1) ROBERTO BANDEIRA PEREIRA
- 2) GILMAR POSSA MARONEZE
- 3) SIMONE MARIANO DA ROCHA
- 4) ARMANDO ANTÔNIO LOTTI
- 5) ALEXANDRE LIPP JOÃO
- 6) GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI
- 7) CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
- 8) ALCEU SCHOELLER DE MORAES
- 9) ANGELA SALTON ROTUNNO
- 10) SYNARA JACQUES BUTTELLI GÖELZER
- 11) DIRCE CARVALHO SOLER
- 12) DANIEL SPERB RUBIN

II- SUPLENTE

- 1) JUSSARA MARIA LAHUDE
- 2) KELLER DORNELLES CLÓS
- 3) LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS
- 4) AIRTON ALOISIO MICHELS
- 5) RICARDO VAZ SEELIG
- 6) ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSC
- 7) IEDA HUSEK WOLFF
- 8) SÔNIA ELENI CORRÊA
- 9) LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA
- 10) EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
- 11) MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA
- 12) LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2020.

LUCIANO DE FARIA BRASIL,

Promotor-Assessor.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 175/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 25/06/2020, no cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, NATALIA CARVALHO GIORDANO, tendo entrado em exercício em 26/06/2020.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**RETIFICAÇÃO DE SÚMULA DA ATA
DE REGISTRO DE PREÇOS N. 012/2020
PROCESSO N. 02405.000.057/2020**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, vem retificar, a **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 2746, Subprojeto 00001, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5235, SRO 011, e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 085/2019
PROCEDIMENTO N. 02405.000.130/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

CONTRATADA: GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA.; **OBJETO**: migrar, a contar de 12 de julho de 2020, o perfil "Partner Team Member" (Apoio Tático) para o perfil "It Executive Team Member" (Apoio Estratégico), e acrescer, em virtude da migração de perfil, ao objeto do ajuste, o valor total de R\$ 44.975,00, o qual deverá ser pago em 14 parcelas iguais, de R\$ 3.212,50 cada; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: UO 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.35, Rubrica 3502; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 65, inciso I, alínea a, e § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 39/2020 (PGEA n. 02459.000.130/2020)
Tipo: Menor preço. **Objeto:** Aquisição de máscaras faciais de uso não profissional (de tecido), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 03/07/2020, às 13 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 03/07/2020, às 15 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2020.

MARIANO WESTPHALEN LORENZON,

Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 14/2020

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01136.000.049/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ana Cristina Ferrareze. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo. **OBJETO:** Distribuição de merenda escolar para os alunos da rede pública (VM147). **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01916.000.110/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tupanciretã. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Guilherme Santos Rosa Lopes. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã. **OBJETO:** Investigar a inexistência de transporte escolar para os alunos da rede pública da zona urbana, no Município de Tupanciretã/RS. **INVESTIGADO(S):** Município de Tupanciretã. **LOCAL DO FATO:** Tupanciretã/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01500.000.609/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Marlise Martino Oliveira. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **OBJETO:** Acompanhar as tratativas de realização do convênio a ser firmado entre os municípios de Bagé e Hulha Negra, visando ao acolhimento institucional de adolescentes oriundos do

segundo ente público junto à "Casa do Adolescente" de Bagé. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Bagé. **Obs.:** procedimento já existente no SGP, em relação ao qual foi feita a migração para o SIM.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01583.000.935/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São José do Norte. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Érico Rezende Russo. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. **OBJETO:** Denúncia enviada pela internet. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01644.000.271/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Charqueadas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas. **OBJETO:** Apuração de possíveis danos causados aos consumidores (pais e responsáveis financeiros) dos serviços educacionais prestados pela Escola Técnica Cenequista Carolino Euzébio decorrentes do fechamento súbito do estabelecimento de ensino. **INVESTIGADO(S):** Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. **LOCAL DO FATO:** Charqueadas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01504.000.507/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Maria Rita Noll de Campos. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. **OBJETO:** Verificar a estrutura e acompanhar o funcionamento da Corregedoria do Conselho Tutelar no Município de Cachoeirinha. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Cachoeirinha/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01752.000.131/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Plínio Castanho Dutra. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. **OBJETO:** Condições de funcionamento da entidade ACETEGR - destinada a prática de Ginástica Rítmica. **INVESTIGADO(S):** ACETEGR - Associação Cultural Eldoradense de Treinamento em Ginástica Rítmica. **LOCAL DO FATO:** Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01139.000.819/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Vanessa Saldanha de Vargas. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. **OBJETO:** Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Relvado. **INVESTIGADO(S):** Município de Relvado. **LOCAL DO FATO:** Relvado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01139.000.845/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Vanessa



Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Lagoa Bonita do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Lagoa Bonita do Sul. LOCAL DO FATO: Lagoa Bonita do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.821/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Pouso Novo. INVESTIGADO(S): Município de Pouso Novo. LOCAL DO FATO: Pouso Novo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.822/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Poço das Antas. INVESTIGADO(S): Município de Poço das Antas. LOCAL DO FATO: Poço das Antas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.823/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Paverama. INVESTIGADO(S): Município de Paverama. LOCAL DO FATO: Paverama.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.824/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Passo do Sobrado. INVESTIGADO(S): Município de Passo do Sobrado. LOCAL DO FATO: Passo do Sobrado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.827/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Pantano Grande. INVESTIGADO(S): Município de Pantano Grande. LOCAL DO

FATO: Pantano Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.828/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Nova Bréscia. INVESTIGADO(S): Município de Nova Bréscia. LOCAL DO FATO: Nova Bréscia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.829/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Muçum. INVESTIGADO(S): Município de Muçum. LOCAL DO FATO: Muçum.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.830/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Mato Leitão. INVESTIGADO(S): Município de Mato Leitão. LOCAL DO FATO: Mato Leitão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.832/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Marques de Souza. INVESTIGADO(S): Município de Marques de Souza. LOCAL DO FATO: Marques de Souza.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.833/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Lagoão. INVESTIGADO(S): Município de Lagoão. LOCAL DO FATO: Lagoão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.839/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO:



Averiguar a regularidade da Escola de Educação Infantil Estrela Dourada, localizada em Lajeado, perante a Resolução n. 24/2017 do Conselho Municipal de Educação de Lajeado (COMED). INVESTIGADO(S): Dolores Verruck Ehrenbrink. LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.846/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Jacuizinho. INVESTIGADO(S): Município de Jacuizinho. LOCAL DO FATO: Jacuizinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.843/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Passa Sete. INVESTIGADO(S): Município de Passa Sete. LOCAL DO FATO: Passa Sete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.844/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Lajeado. INVESTIGADO(S): Município de Lajeado (Prefeito Marcelo Caumo). LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.849/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Herveiras. INVESTIGADO(S): Município de Herveiras. LOCAL DO FATO: Herveiras.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.820/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Progresso. INVESTIGADO(S): Município de Progresso (Prefeito Gilberto Gaspar Costantin). LOCAL DO FATO: Progresso.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de junho de 2020.

DENISE CASANOVA VILLELA,
Coordenadora do CAO da Infância e da Juventude, Educação, Família e Sucessões.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 25/2020 - CAOMA

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO À PORTARIA - INQUÉRITO CIVIL n. 00941.00025/2012. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por sua Promotora de Justiça signatária, com base no artigo 129, inciso III e §3.º, da Constituição da República, no artigo 111 da Constituição Estadual, no artigo 8.º, §1.º, da Lei Federal n. 7.347/85, no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93, no artigo 32, inciso II, da Lei Estadual n. 7.669/82, e no Provimento PGJ n. 71/2017, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, adita a portaria presente INQUÉRITO CIVIL com o fim de alterar o polo passivo, e como, consequência, o objeto, para que passe a constar: OBJETO: possível dano ambiental consistente na suinocultura, sem licença ambiental, na propriedade de Renato Luis Sperotto, na localidade Esquina Mendonça, interior deste Município, anteriormente pertencente a Carlos Antonio Ivanovitch Depiere. INVESTIGADO: CARLOS ANTONIO IVANOVICH DEPIERE, brasileiro, casado, agricultor e RENATO LUIS SPEROTTO, brasileiro. Justificativa: embora não constatada a ocorrência de dano ambiental, subsiste a criação de pequena quantidade de suínos, para a qual é necessário ter licença ambiental. Carlos Antonio Ivanovich vendeu a propriedade para RENATO LUIS SPEROTTO, com quem será firmado TAC para a regularização quanto à licença. Coronel Bicaco, 19 de junho de 2020. Fernanda Ramires, Promotora de Justiça.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01508.000.209/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diego Pessi. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. OBJETO: Investigar irregularidades urbanísticas e poluição sonora/ambiental decorrente do funcionamento do estabelecimento denominado "Bodegão Bar" localizado na Rua João Massignan, 620, Erechim/RS. INVESTIGADO(S): Márcio José Bandiera "Bodegão Bar". LOCAL DO FATO: Rua João Massignan, 620, Erechim/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00711.000.379/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Flores Schutt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. OBJETO: Apurar empreendimento potencialmente poluidor operando sem licença expedida pelo órgão ambiental competente e sem Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. INVESTIGADO(S): Alexandre Alves Prates. LOCAL DO FATO: Alegrete.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00711.000.225/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Flores Schutt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. OBJETO: Apurar queima de resíduos sólidos a céu aberto, sem licença expedida pelo órgão ambiental competente. INVESTIGADO(S): Enio Assis Lopes Pinheiro. LOCAL DO FATO: Alegrete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00711.000.204/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Flores Schutt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete. OBJETO: Apurar queima de campo agropastoril sem autorização do órgão ambiental competente. INVESTIGADO(S): Marco Antônio Serpa Lucho. LOCAL DO FATO: Alegrete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00718.000.195/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Acompanhar lançamento, sem tratamento, de esgoto sanitário urbano no Arroio Bagé - PA.00718.00002/2014. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01658.000.012/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Gomes Taborda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. OBJETO: Investigar possível dano ambiental consistente em impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação por meio de corte de vegetação nativa na localidade de Rincão dos Dutra, interior de Santana da Boa Vista. INVESTIGADO(S): Tarso Felix da Silva. LOCAL DO FATO: Município de Santana da Boa Vista.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01780.000.023/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Herval. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval. OBJETO: Denúncia de um possível dano ambiental decorrente das atividades de uma oficina mecânica. INVESTIGADO(S): João Pedro De Bon. LOCAL DO FATO: Herval/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01780.000.014/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Herval. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval. OBJETO: Poluição sonora no Posto Kpdama. INVESTIGADO(S): Fabricio Bubols Falconi. LOCAL DO FATO: Herval - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.657/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Priscilla Ramineli Leite Pereira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO:

Investigar a ocorrência de poluição sonora decorrente de eventos realizados pela Sociedade Harmonia Jaguarão, no Centro Histórico de Jaguarão. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Jaguarão/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00802.000.632/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Crime ambiental e infração administrativa, havendo atividade poluidora e destruição de floresta considerada de preservação. INVESTIGADO(S): Marildo Gottardi. LOCAL DO FATO: Progresso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01794.000.007/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camilo Vargas Santana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Apurar possível poluição sonora decorrente do sino da Igreja Católica de Mostardas, conforme noticiado no Ofício n. 39/2019 do Poder Judiciário. INVESTIGADO(S): Igreja Católica Matriz São Luiz Rei. LOCAL DO FATO: Mostardas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.000.162/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: investigar possíveis irregularidades no processo de escolha e de entidades na composição Conselho Municipal do Meio Ambiente, bem como falta de publicidade dos atos do Conselho. INVESTIGADO(S): Conselho Municipal do meio Ambiente Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00864.000.113/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Antônio Augusto Ramos de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Compartilhamento - 2º Pj da Promotoria Especializada de Santa Maria - Antônio Augusto Ramos de Moraes. OBJETO: Denúncia quanto à determinação da Ordem de Serviço n. 08/2019 pelo Secretário Municipal de Estruturação e Regulação Urbana de Santa Maria, à improbidade administrativa praticada por servidor público municipal e à alegadas intervenções em áreas de preservação permanente (APP), em desacordo ao Código Florestal. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rodovia BR-158, KM 60, n. 2600, no Bairro Cerrito, em Santa Maria, nas coordenadas geográficas latitude 29°41'49.27"S e longitude 53°47'12.40"W; Rodovia BR-392, n. 4.139, no Bairro Tomazetti, em Santa Maria, nas coordenadas geográficas latitude 29°46'06.20"S e longitude 53°47'05.5"W; e outros.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00867.000.280/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Paula Mantay. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa. OBJETO: Intervenção indevida em área de preservação permanente e dano ambiental. INVESTIGADO(S): Jaime Fioravante Crestani. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.



DO PROCEDIMENTO: 00872.000.235/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Regina Mohr. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo. OBJETO: Objeto: denúncia de supressão de vegetação, em estágio médio ou avançado, sem licença do órgão competente. Local: Rua Oscar Ernesto Yung, Bairro Maria Ritter, Santo Ângelo, RS. Investigado: Mauro José Zancan. LOCAL DO FATO: Cidade de Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00881.000.277/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vinícius Cassol. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 7. OBJETO: Investigar dano ambiental decorrente de queima de campo nativo em área do bioma pampa, fora da área de preservação permanente, em imóvel rural situado na localidade de Itajuru, interior de São Francisco de Assis - RS, coordenadas geográficas 29°35'19.20"S 55°13'7.60"W. INVESTIGADO(S): Reni Nicola Benvegnu. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.079/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vinícius Cassol. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 7. OBJETO: Investigar dano ambiental decorrente da prática de pesca mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos, realizada por Marcos Juliano Fagundes Guimarães e José Helvio Busenello, no Rio Ibicuí, na Localidade de Jaquacá, interior de São Francisco de Assis - Coordenadas geográficas: 29°38'21.95"S 55°12'34.37"W (referenciadas ao Datum WGS84). INVESTIGADOS: Marcos Juliano Fagundes Guimarães, José Helvio Busenello. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.009/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vinícius Cassol. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 7. OBJETO: Denúncia enviada pela internet, acerca de possível funcionamento irregular de estabelecimento em que ocorrem eventos noturno (bailes), sem documentação para funcionamento (alvarás e licenças, PPCI). INVESTIGADO(S): Galpão Coxilha dos Gaudérios. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01583.000.246/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: dano ambiental decorrente do armazenamento clandestino de pescado em estabelecimento comercial situado no Pontal da Barra, Bairro Pontal, Município de São José do Norte/RS sem o devido licenciamento ambiental contrariando a Resolução CONSEMA n.372/2018, CODRAM 2624/30 . INVESTIGADO(S): Jeferson Luiz Lopes Moreira. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00888.000.174/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico

Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Dano ambiental decorrente de depósito de sucatas sem o devido licenciamento ambiental na localidade de Barranco em São José do Norte. INVESTIGADO(S): Samir Folchini. LOCAL DO FATO: São José do Norte - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00888.000.176/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Dano ambiental em área de preservação permanente na orla da Laguna dos Patos, na localidade de Curral Velho, em Bujuru, São José do Norte. INVESTIGADO(S): Diego Rabaioli. LOCAL DO FATO: São José do Norte - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.344/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar danos ambientais decorrentes do corte de árvores nativas, fora de Área de Preservação Permanente, sem licença ambiental. INVESTIGADO(S): Matheus Rohleder. LOCAL DO FATO: Rincão Guaracapá, interior do Município de São Nicolau/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.375/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar danos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa herbácea do Bioma Pampa para uso alternativo do solo. INVESTIGADO(S): Vicente Belle. LOCAL DO FATO: Vila São Lourenço, interior do município de São Luiz Gonzaga/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00903.000.030/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar notícia de poluição atmosférica produzida pela Brasfalto Pavimentação Ltda, localizada na rodovia RS-118, n. 7483, bairro Boa Vista, Sapucaia do Sul. INVESTIGADA: Brasfalto Pavimentação Ltda. LOCAL DO FATO: Rodovia RS-118, n. 7483, bairro Boa Vista, Sapucaia do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.071/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 9. OBJETO: Apurar eventual dano ambiental, consistente em suposta contaminação de sangas/arroios e em aplicação irregular de agrotóxicos, causando poluição e danos à população e à coletividade, na localidade de Linha Tupi, interior de Sobradinho/RS. INVESTIGADO(S): Alexandro Franceschett, Marcos Antônio Selli. LOCAL DO FATO: Linha Tupi, interior de Sobradinho/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01587.000.583/2019. PROMOTORIA



DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapejara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Schenato. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara. OBJETO: Vem relatar o uso de agrotóxico em área muito próxima à sua moradia, com contaminação do solo, por parte do seu vizinho RUBENS SECO, na localidade de Cachoeira Alta, em Tapejara/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tapejara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00914.001.777/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Impedir ou dificultar a regeneração natural sem licença. INVESTIGADO(S): Lauro Levi Morais de Oliveira. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00914.001.827/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Lavra de rocha para construção civil sem licença (IC 1.29.000.002134/2011-52 e IC.00914.00058/2011). INVESTIGADO(S): Agenor Pereira Pacheco, Valdemar Pereira de Oliveira. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01548.000.336/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Morillos Teixeira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Averiguar eventual dano ambiental decorrente de esgoto a céu aberto em frente ao n. 186 da Rua Itapema, Monte Castelo/Santa Isabel. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Rua Itapema, Monte Castelo/Santa Isabel.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00941.00025/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires.

CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: possível dano ambiental consistente na suinocultura, sem licença ambiental, na propriedade de Renato Luis Sperotto, na localidade Esquina Mendonça, interior deste Município, anteriormente pertencente a Carlos Antonio Ivanovitch Depiere. INVESTIGADO: CARLOS ANTONIO IVANOVICH DEPIERE, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado no Município de Santo Augusto/RS; e RENATO LUIS SPEROTTO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Santo Augusto/RS. Justificativa: embora não constatada a ocorrência de dano ambiental, subsiste a criação de pequena quantidade de suínos, para a qual é necessário ter licença ambiental. Carlos Antonio Ivanovich vendeu a propriedade para RENATO LUIS SPEROTTO, com quem será firmado TAC para a regularização quanto à licença.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00949.000.623/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharin Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de

Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apurar ocorrência de lançamento de esgoto cloacal, in natura, da rede coletora em área de APP, em zona de dunas, em Xangri-Lá, e consequentes danos ambientais decorrentes do lançamento indevido. INVESTIGADO(S): Município de Xangri-lá. LOCAL DO FATO: Xangri-lá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.355/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabel da Costa Franco Santos. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Obter da sucessora de José Edison Bagatini. Sra. Vania Rita Bagatini, filha de Neiva Lurdes Bagatini, nascida em 03/04/1984, residente em Parobé/RS, a reparação de degradação ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração, em desconformidade com licença (Alvará de Licenciamento n. 006/2015) e autorização (Autorização n. 017/2015) emitidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parobé, conforme noticiado na Comunicação de Ocorrência n. 223/005/JAN/2016/PATRAM. INVESTIGADO(S): Vania Rita Bagatini. LOCAL DO FATO: Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.001.395/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório. OBJETO: Auto de Constatação Ambiental da PATRAM 095/1.ºBAMB-OSÓRIO/2019, referente à fiscalização em desmatamento e supressão de árvores nativas pelo Sr. Altenir Fantineli Bolzan, em área rural, na localidade de Baixada, em Osório. INVESTIGADO(S): Altenir Fontineli Bolzan. LOCAL DO FATO: Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01540.000.391/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina da Silva Lameira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: Acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Capão do Cipó. INVESTIGADO(S): Município de Capão do Cipó. LOCAL DO FATO: Município de Capão do Cipó.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01540.000.350/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina da Silva Lameira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização da regularização, junto ao órgão ambiental competente, dos poços artesanais de responsabilidade do Município de Capão do Cipó, para abastecimento de água à população. INVESTIGADO(S): Município de Capão do Cipó. LOCAL DO FATO: Santiago.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01540.000.267/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina da Silva Lameira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: Apurar possível ocorrência de dano



ambiental na propriedade localizada em Iguariça, interior do Município de Itacurubi-RS, em razão de supressão de vegetação nativa em uma área de 82,25 hectares pertencente ao Bioma Pampa, sendo 0,46 hectares dentro de área de preservação permanente (margem de curso d'água). INVESTIGADO(S): Ory Vasquez Dornelles, Iuri Vasquez Dornelles. LOCAL DO FATO: Localidade de Iguariça, interior do Município de Itacurubi-RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01540.001.023/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina da Silva Lameira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: Apurar dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa do Bioma Pampa, ocorrendo a conversão da vegetação nativa por lavoura de soja, atingindo uma área de aproximadamente 74,1937 hectares, na propriedade de Leonardo da Silva Kempa (falecido), na Localidade de Rincão da Palma, interior do Município de Santiago/RS. INVESTIGADO(S): João Roberto Machado Kempa. LOCAL DO FATO: Localidade de Rincão da Palma, interior do Município de Santiago/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de junho de 2020.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 240/2020

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01694.001.214/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Itaquí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo ChiuZuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaquí. OBJETO: Apuração sobre o desaparecimento de equipamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Itaquí, um gerador e dois aparelhos de ar-condicionado.. INVESTIGADO(S): Secretaria de Saúde de Itaquí. LOCAL DO FATO: Itaquí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.290/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau. OBJETO: Investigar a prática de ato de improbidade administrativa pela Conselheira Tutelar do Município de Vila Maria, Flavia Deon Costa. INVESTIGADO(S): Flavia Deon Costa. LOCAL DO FATO: Vila Maria -RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00879.000.410/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando

Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja. OBJETO: Apurar possível irregularidade no sistema de videomonitoramento urbano de São Borja/RS.. INVESTIGADO(S): Município de São Borja. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00887.000.236/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Léo Mário Heidrich Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: Apurar eventual omissão do Município de São Jerônimo quanto a regulamentação a Lei Federal n. 12.846/2013 Lei Anticorrupção - que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.. INVESTIGADO(S): Município de São Jerônimo. LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01656.000.361/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Léo Mário Heidrich Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: Apurar eventual omissão do Município de Barão do Triunfo quanto a regulamentação da Lei Federal n.12.846/2013 Lei Anticorrupção - que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.. INVESTIGADO(S): Município de Barão do Triunfo. LOCAL DO FATO: Barão do Triunfo. CAO comunicado: TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00887.000.237/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Léo Mário Heidrich Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: Apurar eventual omissão do Município de Arroio dos Ratos quanto a regulamentação da Lei Federal n. 12.846/2013 - Lei Anticorrupção - que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.. INVESTIGADO(S): Município de Arroio dos Ratos. LOCAL DO FATO: Arroio dos Ratos .

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00888.000.177/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Danos no prédio histórico "Solar dos Imperadores" e ao patrimônio cultural tutelado pela Lei 7347/85.. INVESTIGADO(S): Município de São José do Norte. LOCAL DO FATO: São José do Norte - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00888.000.178/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Dano ao patrimônio cultural decorrente do suposto abandono dos prédios históricos "Ginásio de Esportes" e "Antiga Prefeitura", ambos do Município de São José do Norte/RS.. INVESTIGADO(S): Município de São José do Norte. LOCAL DO FATO: São José do Norte - RS.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.000.389/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar, de forma permanente, a Fundação Dr. Homero Lima Menezes (origem: PA.00906.00036/2009-SGP).. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sobradinho/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01894.001.084/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Amanda Giovanaz. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho. OBJETO: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela servidora Jane Graciele Lima Santana Rocha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sobradinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01910.001.314/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Três de Maio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Compartilhamento - 1º Pj da Promotoria de Três de Maio - Marcelo Augusto Squarça. OBJETO: Apurar possível ato de improbidade administrativa pelo pagamento de diárias a vereadores que, sendo também servidores públicos municipais de Independência/RS, estariam em licença médica nos dias em que incidiram as referidas diárias.. INVESTIGADO(S): Adilar Meller, Antônio Avelino Ferreira. LOCAL DO FATO: Independência/RS..

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.314/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar a adequação e observância dos critérios e procedimentos de aquisição e distribuição de cestas básicas pelo município em razão da pandemia de COVID-19. Investigados: Sr. Prefeito Municipal, Município de Alvorada, Secretário do Trabalho Assistência Social e Cidadania; Cerealista Oliveira Ltda.; M&B Sorriso Supermercados Ltda (UNISUPER).. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Alvorada/RS (Matéria Especializada), Cerealista Oliveira Ltda, M&B Sorriso Supermercados Ltda, Jose Arno Appolo do Amaral, Gilberto de Moura Pereira (Secretário Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania - SMTASC - Alvorada/RS). LOCAL DO FATO: Alvorada/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.315/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar a adequação e observância dos critérios e procedimentos de distribuição de cestas básicas recebidas em doação proveniente da Rede de Farmácia São João em razão da pandemia de COVID-19. Investigados: Prefeito Municipal, Município de Alvorada, Secretário do Trabalho Assistência Social e Cidadania; Presidente da Câmara de Vereadores de Alvorada. Interessado: Rede de Farmácias São João.. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Alvorada, Jose Arno Appolo do Amaral, Gilberto de Moura Pereira (Secretário

Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania - SMTASC - Alvorada/RS), Juliano Roman Marinho. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.137/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Descumprimento da tabela de horários das viagens de linhas de transporte coletivo metropolitano de passageiros atendidas pela Sociedade de Ônibus União LTDA (SOUL). . INVESTIGADO(S): Sociedade de Ônibus União LTDA (SOUL). LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01304.002.160/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Brenner de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades envolvendo a conservação e guarda do imóvel público, titulado pelo Município de Porto Alegre, localizado na Rua Américo Vespúcio, n. 615, Bairro Higienópolis, nesta Capital. . INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de Junho de 2020.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,

Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.